



## **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE NEGROS NO BRASIL E O PENSAMENTO EDUCACIONAL DE PROFESSORES NEGROS NO SÉCULO XIX**

SANTOS, Anderson Oramisio<sup>1</sup> - UFU

OLIVEIRA, Camila Rezende<sup>2</sup> - UFU

OLIVEIRA, Guilherme Saramago de<sup>3</sup> - UFU

GIMENES, Olíria Mendes<sup>4</sup> - USP

Grupo de Trabalho – História da Educação  
Agência Financiadora: não contou com financiamento

### **Resumo**

O presente estudo visa reunir alguns elementos e reflexões sobre a história da educação no Brasil, destacando a trajetória e pensamento educacional de professores negros, com a implantação de escolas e métodos de ensino no Brasil, e a omissão do negro na história da educação, mais precisamente na disciplina História da Educação do Brasil nos cursos de formação de professores das instituições de ensino superior públicas e privadas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem por objetivo contribuir com as lacunas existentes e investigar na historiografia sobre a escolarização de negros durante o século XIX, mas que se depara com a ausência de bibliografia, fontes documentais no campo educacional, visto que ao final do regime escravista supõe-se que todos os registros sobre os grupos étnicos foram eliminados pela classe dominante. Neste trabalho são citados documentos, atos oficiais que apresentam de forma gerais possíveis impedimentos para que os negros não participassem do processo educativo antes e pós-abolição e tentar promover a alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra, trilhando rumos a uma sociedade democrática, justa e igualitária, a fim de reverter os efeitos danosos sofridos durante séculos, provocados pelo trabalho compulsório, submissão e a opressão causada pelo preconceito racial e discriminação

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – [oramisio@hotmail.com](mailto:oramisio@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia, Especialista em Supervisão Escolar e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – [milarezendeoliveira@gmail.com](mailto:milarezendeoliveira@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. Professor Titular na Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – [gsoliveira@ufu.br](mailto:gsoliveira@ufu.br)

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia, Especialista em Docência no Ensino Superior e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo – [oliriaudi@hotmail.com](mailto:oliriaudi@hotmail.com)

social. Nesta perspectiva, é visível a ausência nos currículos oficiais das academias e de literaturas específicas referentes à escolarização de negros no Brasil, e nos campos da sociologia, filosofia, da própria história ainda apresenta de forma tímida, havendo a necessidade urgente de pesquisas, estudos nessa área, e incorporação da temática em sala de aula em diversos níveis da educação brasileira.

**Palavras-Chave:** História da Educação. Negro. Educação.

## **Introdução**

Em tempos de Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, momento em que as instituições educação superior, públicas e privadas, articuladoras do processo de produção do conhecimento estão se organizando no sentido de formar docentes e alunos em todas as instâncias referentes à implementação da referida Lei em todo o âmbito da educação nacional.

Percebe-se no interior das academias e instituições escolares diversas ainda de forma tímida, as discussões da configuração histórica e sociopolítica no Brasil, no tocante a educação ou a escolarização de negros no Brasil. Em alguns discursos acadêmicos é visível através de teorias que pregam, por exemplo, a inferioridade intelectual do negro.

Com mais de um século de abolição da escravidão nas Américas, à discussão a respeito da história negra ainda é atual e deve ser um debate permanente nas academias. Os movimentos negros organizados, com reuniões, grupos temáticos e políticos, ao longo de anos enfatizaram a reconstrução da identidade dos negros, que estavam excluídos ou que não participavam ativamente da vida social, política e econômica do Brasil, ou seja, buscavam a plena da cidadania.

Quanto à historicidade, nos livros didáticos o fator histórico a negritude ou africanidades tem sido tratada ainda, de forma exclusão, preconceituosa, estereotipada, limitada, com textos pequenos sem nenhum significado ou pejorativos, com imagens grandes que não condizem diretamente com o fato em si, e a não formação de professores para tratar da história de negros ou história da cultura negra em sala de aula.

Algumas instituições públicas e privadas, tem se mobilizado desde o ano de 2003 até o momento com cursos de formação e capacitação de professores na temática - de gênero, raça, e realizando eventos para ampliar os debates que tem se perpetuado com eixos temáticos, mas percebe-se ainda a participação do corpo docente destas instituições de forma incipiente para

discussões, mesmo para produções acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação, as questões étnicas raciais que perpassam o espaço acadêmico, ou o próprio currículo tem deixado a desejar nos cursos de licenciaturas em especial nas disciplinas História da Educação Brasileira e Sociologia da Educação.

Mas a partir destes elementos de subjetividade, quanto porque há atualmente uma imensa necessidade de estudos voltados para a realidade afro descendente brasileira, onde podemos construir uma nova história da educação no Brasil, que deve ser uma história em que se possa ver a narrativa de acontecimentos por vários observadores, sendo conhecido o lugar que cada um ocupa como historiador e como participante do contexto estudado. Assim, teremos um fenômeno histórico visto por vários ângulos, a partir de vários olhares.

No contexto educacional, segundo Cruz (2005), a história, enquanto uma disciplina escolar tem sido veículo de continuísmo de reprodução do tratamento desigual relegado aos negros e índios na sociedade brasileira. Segundo essa autora, a necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império, quanto nos primeiros anos da República, aproximou as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais.

É importante elucidar que a disciplina História da Educação Brasileira nos currículos acadêmicos, ganhou o seu espaço a partir dos anos de 1970, anteriormente a isso, em 1930, foi introduzida a História da Educação nos currículos das escolas normais, porém conteúdos voltados para o Brasil, somente em 1962, através do Parecer CFE 251/62, foram contemplados conteúdos da educação brasileira, não identificando ou caracterizando nenhum aspecto positivo sobre a escolarização de negros.

Mas em pouco tempo de inclusão da disciplina nos currículos acadêmicos, já existe uma vasta literatura e periódicos, que tratam das questões étnicas raciais e principalmente da participação de negros na escolarização ou a inexistência deste segmento na formação educacional e cultural do Brasil, temas estes que tem sido alvo de pesquisas e se aprofundado desde a implementação da Lei 10.639/2003, dentro das instituições educacionais e sociais.

### **História da educação de negros no Brasil**

A história da educação brasileira, tratada no currículo das academias e algumas bibliografias bem comuns, têm funcionado como veículos de continuísmo da reprodução do

tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras (CRUZ, 2005).

O fato é que nossos historiadores trataram indevidamente, a participação africana na formação brasileira, influenciados por preconceitos originários da sociedade escravista, entre os quais os ideais de branqueamento da população brasileira nutridos, desde meados do século XVIII, por boa parte das elites nacionais (LIMA, 2004).

De acordo com Ortiz (2003), os escritos de Nina Rodrigues, refletem a ideologia da supremacia racial do mundo branco. Segundo ela, a absorção incompleta de elementos católicos pelos cultos afro-brasileiros demonstra uma incapacidade de assimilação da população negra dos elementos vitais da civilização européia. Essa ideologia foi tão forte que mesmo a intelectualidade mais progressista custou a reconhecer a questão africana na história brasileira. Os estudos recentes, pesquisadores e estudiosos tem sugerido mudanças e estudos, propondo uma nova história da educação no Brasil, que deve ser uma história em que se possa ver a narrativa de acontecimentos por vários observadores, sendo conhecido o lugar que cada um ocupa como historiador e como participantes do contexto estudado (CRUZ, 2005).

Partindo da pesquisa literária em História da Educação do Brasil, os jesuítas no período colonial programaram duas categorias de ensino: a instrução simples primária, as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses e dos índios e a educação média (formação para o trabalho e catequização), colégio destinado aos meninos brancos que formavam mestres em artes/bacharéis em letras (filhos dos coronéis, senhores dos engenhos) (COTRIM, 1987).

A princípio a Companhia de Jesus, com o advento da Reforma e da Contra Reforma religiosa na Europa, buscavam mais adeptos para a igreja católica e formar uma burguesia dirigente e catequizar os colonizados. Nesse sentido, o ensino elementar – eram os instrumentos utilizados para a difusão da fé católica entre os senhores de engenho, colonos, negros escravos e índios.

O ensino secundário não era permitido para índios e negros. Em 1759 quando os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, a educação passa a ser gerida pelo Estado e enfrentam a primeira reforma de ensino do país, sendo criadas por Pombal as escolas régias oficializando o ensino. Na segunda metade do século XVIII, os projetos de educação devem-se a políticas mais sistemáticas, implementadas pela administração pombalina.

A educação neste momento, parece limitada em termos de escolarização formal e, sobretudo pública, pois, uma grande parcela da população, os brancos livres pobres, os indígenas, os negros livres e escravos e a população mestiça, estavam afastados da escola. Brancos pobres raramente podiam freqüentá-la pela falta de recursos para sustentar a mobilidade exigida pelo sistema de aulas avulsas ou para o pagamento dos professores, quando o Estado não o realizava.

É possível observar na pesquisa dos documentos oficiais a existência de uma articulação ou mecanismos da elite dominante que impedia fortemente a presença de negros na escolarização no Brasil, nota-se pela Primeira Constituição do País de 1824 que no seu artigo 6º classificou como brasileiros os que no Brasil tivessem nascido, fossem ingênuos ou libertos, ainda que o pai fosse estrangeiro, visto não residir por serviço de sua nação; os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro a que viessem estabelecer domicílio no império; os filhos de pai brasileiro em serviço no exterior, embora não viessem a estabelecer domicílio no Brasil; os portugueses residentes no Brasil por ocasião da proclamação da independência e que aqui permaneceram; e os estrangeiros naturalizados.

Os negros não levaram vantagens durante a primeira constituição, não vieram a aparecer, até mesmo por que estavam associados ao trabalho manual e não deveriam dele ser apartados a fim de não prejudicar a produção e não degradarem o trabalho intelectual. Em seu artigo 94, inciso II, impediu, formalmente, que todo o segmento populacional negro tivesse acesso a direitos básicos como, por exemplo, o de votar e de ser votado, formalizando a exclusão, limitando o ensino somente aos cidadãos brasileiros sem que o negro participasse da vida ativa, econômica, social, política e do sistema oficial de ensino, visto que, a grande maioria dos escravos era de origem africana.

Algumas leis foram criadas, a Reforma de Couto Ferraz a partir do Brasil Império, pelo através do Decreto nº 1.331 de fevereiro de 1854, que não permitia aos escravos o acesso às escolas públicas. Neste contexto, a previsão de instrução para adultos dependia da disponibilidade (boa vontade) dos professores.

Dentro da mesma linha, o Decreto nº 7.031 de setembro de 1878, os negros poderiam freqüentar o período noturno, no entanto, os negros dependiam da boa vontade de seus senhores, e das condições físicas, depois de um dia ou até mesmo noites de árduo trabalho, o que também continuava a dificultar seu acesso às escolas.

O acesso à escolarização, métodos e práticas pedagógicas em uma sociedade escravocrata, onde os negros não teriam vez de conquistar um lugar nos bancos escolares da época, mas pesquisas recentes apresentam que com todos os obstáculos e diante do contexto político e social no Brasil, registram algumas instituições e algumas lideranças negras que estabeleceram um sistema educacional para crianças pretas e pardas, citamos o educandário que funcionou na Rua da Alfândega, de 1853 a 1873, no Rio de Janeiro.

Diferentemente dos Estados Unidos, onde a população negra criou espaços próprios, aqui a exceção pode estar na escola de Pretextato dos Passos e Silva. Era em uma casinha pequena, teve cerca de 20 alunos de famílias de origem humilde: a maioria dos pais não tinha sobrenome ou assinatura própria. O nome dos alunos, até hoje, é um mistério, bem como o paradeiro deles.

Tudo o que se sabe da escola termina por aí. A historiadora Adriana Maria Paulo da Silva, que estudou a existência desse colégio, gostaria de ter a chance de conhecer mais sobre Pretextato, o que poderia responder a tantas indagações, mas até mesmo o nome deste homem é uma incógnita.

As três maneiras de descobrir fatos e acontecimentos sobre os habitantes do tempo do Império são a partir de inventários da época, de documentos de alguém que abriu um processo judicial ou foi processado. Quem não passava por um desses trâmites desapareceu na história – é a explicação que se tem para o nome das crianças negras e pardas.

Pretextato abriu um processo solicitando ao então inspetor-geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, Eusébio de Queirós, algumas concessões para a continuidade do funcionamento da escola. Ele pediu ainda a dispensa das provas de capacidade (um exame oral e escrito), que era uma exigência para o exercício do magistério. “Para escapar da prova, ele recorreu ao processo. E não conseguiu apenas a dispensa, mas a chance de continuar com a escola aberta”, explica Adriana. Pretextato deveria fazer os exames na frente do que seria hoje o então ministro da educação, porém, como era muito tímido, se defendeu dizendo que isso o impedia de fazer os testes.

Ele declarou nos documentos ser um homem preto. Não se sabe como Pretextato conseguiu ter formação educacional para ensinar os alunos, mas, no processo da escola, dois pais o defendiam dizendo que era um bom professor. No processo, Pretextato argumentou ainda que fosse importante a escola continuar funcionando porque havia muito racismo nas escolas da corte, nas quais os pretos e pardos eram impedidos de frequentar ou eram

emocionalmente coagidos. Aliás, era proibido aos escravos freqüentar a escola, apenas negros alforriados tinham essa prerrogativa e, mesmo assim, de difícil conquista. A silenciosa autorização de Eusébio, apesar deste cenário, é outra questão inexplicável sobre a existência e permanência da escola de negros do Rio de Janeiro.

O colégio funcionou até 1873, data em que Pretextato foi despejado da casa onde lecionava por dever dois meses de aluguel à Santa Casa de Misericórdia. “Há também registros de que os pais pagavam uma mensalidade para a escola. Mas deveria ser um valor irrisório”, diz Adriana. Na escola, os alunos aprendiam o básico: ler, escrever, saber as quatro operações matemáticas e um pouco de religião.

A idéia difundida de que no Império havia um bando de iletrados cai por terra somente com a presença da escola de Pretextato. Mas além dela, há outras escolas que de certa forma “burlaram” as regras de que escravos não poderiam ir para a aula e ajudaram os negros a chegar à alfabetização.

Na historiografia do Brasil não são elencados fatos ou a trajetória de professores negros ou de escolas que foram criadas para o desenvolvimento do ensino, nesta pesquisa destacamos também escola em Campinas, que ministravam aulas para negros escravos e libertos. Conforme as fontes documentais retratam de um grupo social de significativa presença em Campinas foi dos afros descendentes, que haviam chegado como dissemos, com a escravidão. Obtendo a liberdade, em diferentes épocas, descaram-se como importantes agentes da vida social na cidade, e não apenas como contingente da mão de obra não qualificada, urbana e rural, mas como profissionais atuantes em várias áreas.

Perseverança era o nome da escola. Ela foi fundada por Antônio Cesarino e funcionou em Campinas, estado de São Paulo, de 1860 a 1876. A diferença da escola de Pretextato é que esta recebia alunas brancas durante a tarde (elas pagavam uma mensalidade ao conceituado professor Cesarino).

Com o valor arrecadado dessas alunas, ele manteve a instituição e conseguiu ainda dar aulas para mulheres escravas e negras no período da noite. A escola ficava na Rua do Alecrim (atual Rua 14 de Dezembro).

Cesarino não era o único professor, quando abriu a escola chamou suas irmãs para lecionar. “Era uma escola que se distinguia das outras do Império pelo seu nível. Se configura entre as escolas particulares que mais tiveram expressão na época”, afirma Irene.

Era um tipo de internato de meninas dirigido por Bernardina Cesarino e por suas irmãs que eram de Paracatu (MG). Em 1875 contava com 50 alunas, algumas pertencentes às melhores famílias da cidade que pagavam mensalidades altas e havia alunas negras sem recursos, sem qualquer tipo custeio por parte do Estado, além de alunas pagantes, inclusive de camadas abastadas da sociedade.

As irmãs de Cesarino falavam muito bem francês e entendiam de etiqueta. “Foi com o valor cobrado das mensalidades que Cesarino usou o colégio para angariar fundos para comprar também a liberdade de negras ligadas a ele”, explica Irene. Em 1872, Cesarino comprou a liberdade de uma senhora negra que prestava serviços à escola e, em 1874, disputou a custódia de uma criança negra que estava sendo maltratada.

Em alguns documentos públicos do arquivo consta ainda no ano de 1876, e no próprio diário particular do Imperador D. Pedro II, a visita no Colégio Perseverança, quando em Campinas para inaugurar os serviços de iluminação a gás e comenta que: ... O Colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher, pardos. “Tem muitas meninas e é conceituado” e que se hospedou no Colégio, tal a sua fama.

Ao recuperar uma série de reportagens do jornal O Diário do Povo a respeito dos nomes das ruas da cidade de Campinas, Irene Maria Barbosa (1997) encontra referência à Rua Antônio Cesarino. Nessa referência tem-se o seguinte comentário sobre o público que freqüentava o Colégio Cesarino: “em 1875, o colégio era freqüentado por cinquenta e uma alunas, algumas pertencentes às primeiras famílias da cidade, oito nada pagavam... seis meninas pobres saíram do colégio casadas”.

Outras fontes são reveladoras das atividades desenvolvidas no colégio e, sobretudo, do empenho das mulheres da família de Cesarino. De acordo com o Almanaque de Campinas para 1871, “o Colégio Cesarino ou Perseverança, para o sexo feminino, surge em Campinas em 1860 e era dirigido pelas suas fundadoras D. Bernardina e D. Amância Cesarino. Ensinava a ler escrever, contar, gramática nacional e francesa, geografia, música e todas as prendas domésticas”.

Assim, além da aprendizagem intelectual, as alunas do Colégio Cesarino recebiam também conhecimentos manuais, como: costurar, bordar, cozinhar (pelo menos em determinadas ocasiões) que faziam parte das atividades ensinadas no colégio.

A descoberta de escolas para negros em Campinas mostra um dos motivos que os levou (pelo menos alguns) até a elite de São Paulo, principalmente naquela época. Também



existiram muitos negros escolarizados no século 19, por serem filhos de negras, contudo de pais brancos que fizeram questão de alfabetizá-los, diz Irene.

A história de Antônio Cesarino está mais bem documentada que a de Pretextato. Ele era filho de um negro alforriado, de nome Custódio, que entrou em Campinas com uma tropa de mulas durante o período escravista, em 1838, e resolveu vender a tropa para que seu filho de 14 anos pudesse estudar. O filho era Antônio Cesarino – que já sabia ler e escrever. Ele leva certa vantagem na cidade que tinha 6,6 mil habitantes e apenas 205 alfabetizados. A duras penas Cesarino conseguiu freqüentar a escola dos brancos e se formar.

Há ainda relatos em Campinas de um barão do café que era analfabeto e fundou uma escola para escolarizar quem quer que fosse gratuitamente. Foi ali que algumas crianças negras também conseguiram ter acesso à educação.

Outro caso importante foi a Escola de São Benedito, surgida nos fundos da Igreja São Benedito, no final do século XIX, para educar alunos afro descendentes e pessoas sem recursos. A escola manteve uma banda musical reconhecida na cidade. Em 1902 transformou-se no Colégio São Benedito, funcionando com grande dificuldade em dependências anexas a Igreja até 1908.

Em outro Estado do Brasil, surge a figura de Felipe José Alberto Júnior – de aluno da Escola Normal da Bahia a diretor da Escola Normal da província fluminense (1834- 1887), ano em que foi exonerado do cargo de diretor e professor “a bem do serviço público”. Criador e incentivador de clubes abolicionistas lideraram também o primeiro órgão de classe do magistério fluminense, o Instituto Pedagógico, criado em 1873.

As fontes pesquisadas nada relatam supõem-se que tenha nascido na Bahia, em 1824 e foi aluno destacado no curso da Escola Normal daquela província, destacando-se, sobretudo no campo das ciências naturais. Já formado, assumiu uma escola pública e se notabilizou no magistério a ponto do governo baiano patrocinar sua viagem ao Rio de Janeiro para participar das conferências de Antônio Feliciano de Castilho sobre o seu método de leitura de base fonêmica. Segundo conta a tradição, o Imperador, também presente àquelas palestras pedagógicas, surpreendeu-se com a erudição do jovem baiano e não teria permitido que retornasse a Salvador, dando continuidade aos trabalhos.

Em 1862, a Escola Normal da Província fluminense, era reinaugurada, após mais de uma década de extinção. Felipe Alberto prestou concurso sendo aprovado com distinção.

Logo em seguida foi indicado para ser o diretor da instituição, permanecendo no cargo por sei anos até que foi afastado da direção e do magistério fluminense.

Essa é uma fase ainda obscura da vida de Felipe Alberto, pois em seguidos relatórios os presidentes da província elogiavam o seu trabalho quando, repentinamente, em 1868, foi exonerado a bem do serviço público pelo recém-empossado presidente Américo Brasiliense. Este fato escapa aos seus biógrafos que registraram o ocorrido, mas não encontraram mais indícios das causas para tão severa punição.

Estudando mais profundamente a conjuntura do período e “reduzindo a escala” para captar melhor a dinâmica dos acontecimentos que poderiam estar relacionados ao fato, percebemos indícios de uma disputa política que pode explicar o que ocorreu. Felipe Alberto contrariou interesses políticos poderosos quando se colocou contra a admissão da filha de João Caetano no cargo de professora da Escola. Sabe-se que João Caetano era muito bem relacionado e protegido da elite da Corte e sua filha, Joaquina Rosa, era casada com Joaquim Vieira Souto, detentor de cargos importantes na província.

Nesse momento Felipe Alberto já era um abolicionista e pregava abertamente suas opiniões, inclusive, estimulando a criação de escolas profissionalizantes que ensinassem aos libertos e alforriados uma profissão. Podemos supor que essa tenha sido a maior razão para a tal exoneração o que nos leva a pensar sobre as táticas de sobrevivência dos negros na sociedade do século XIX. Parece que havia um espaço possível nessa sociedade para negros e mestiços desenvolverem algumas de suas potencialidades, contanto que não afrontassem os interesses constituídos pela lógica hegemônica dos brancos.

Mas, Felipe Alberto. Banido do serviço público abriu uma escola em sua própria residência, no bairro do Ingá. Dava aula para os meninos e sua mulher, Augusta, para meninas. Ali, desenvolveu-se uma atividade intensa pela luta abolicionista tornando-se a casa um quartel general do abolicionismo, liderado pelo seu filho, Carlos Alberto, e seus colegas da Escola Politécnica (O prelo, 1988).

De acordo com Cruz (2005) é possível essa autora, ao se analisar, por exemplo, fotografia do período entre 1897 a 1925, pode-se perceber crianças negras entre diversos grupos escolares. De fato, no que se refere propriamente à escolarização dos negros, segundo os modelos oficiais, percebe-se que eles sempre estiveram contrapondo a afirmação que alegam sua incapacidade para a vivência bem sucedida de experiências escolares e sociais (CRUZ, 2005).

Se as recentes pesquisas históricas não nos deixam dúvidas da presença da população negra no sistema oficial de ensino, todavia, resta-nos esclarecer outros questionamentos que

nos ajudem a compreender como se deu o processo de exclusão dessa população à escolarização oficial. Qual o percentual dessa população que de fato adentrava na rede oficial? Quais os mecanismos oficiais e não oficiais que impediam a permanência no sistema de ensino?

O artigo 71 do Regulamento de 1854 era incipiente para a adoção de uma política sistemática de instrução para trabalhadores, e se as Instruções de 1872 tinham caráter apenas de controle da iniciativa particular que se propagava estabelecendo cursos noturnos, o decreto 7031 a de seis de setembro de 1878 chamará para o Estado Imperial na responsabilidade por organizar efetivamente essa modalidade de instrução (COSTA, 2006).

Estavam abertos para matrícula de todas as pessoas do sexo masculino, livres os libertos, maiores de 14 anos, vacinados e saudáveis. Excluídas estavam, da possibilidade da “formação para cidadania”, as mulheres trabalhadoras e os escravos. Excluídos estavam da obtenção do “pão espiritual”, as crianças trabalhadoras que por sua condição, não podiam frequentar as escolas públicas diurnas (COSTA, 2006).

A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império quanto o da República aproximou as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais e/ou lutarem para legitimar como oficial aquilo que lhe era específico enquanto elemento cultural (CRUZ, 2008).

Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros, durante o Império, ocorreram em nível legislativo quando se proibiu o escravo, e em alguns casos, o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando mesmo garantindo o direito dos livres de estudarem não se criou as condições materiais para a realização plena do direito (CRUZ, 2008).

Após a abolição da escravatura 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel Cristina, a força política e a elite dominante, providenciaram várias instruções visando normatizar e regulamentar o ensino público brasileiro, nesse contexto já não tinha mais uma camada de negros, escravos, subordinados às práticas domésticas e agrícolas em algumas propriedades e sim negros que foram com a Lei Áurea, jogada ao genocídio e a precariedade de vida social, surge a Reforma de Benjamin Constant, no Decreto nacional nº 981/1890, estabeleceu a introdução da disciplina "Moral e Cívica", uma nítida tentativa de normatizar a conduta moral da sociedade após a libertação dos escravos, era impossível conviver com negros e negros em

um mesmo local, era preciso estabelecer vamos dizer regras de boas convivências, ou regras sociais.

Já no decreto nº 982/1890, foram estabelecidas outras medidas proibitivas, punitivas, centralizadoras e elitistas, tais como: não permissão aos alunos de ocuparem-se na escola da redação de periódicos, proibições essas que dificultava o negro a aquisição do conhecimento e quanto à permissão de intervenção policial em casos de agressão ou violência e a expulsão dos culpados, em casos de negros permanecerem resistentes à escola e a nomeação direta pelo governo federal dos diretores das escolas públicas.

A partir da década de 60, os movimentos negros se fortalecem em muitos estados do Brasil e o cumprimento de algumas reivindicações, inclusive a ampliação da rede de ensino público em todo o país, tornando possível o ingresso do negro às salas de aulas, contudo as relações raciais no interior das escolas permaneceram discriminatórias. Diante desses fatos as organizações negras de caráter civil passaram, principalmente a partir dos anos 70, a denunciar a seletividade do modelo educacional vigente que, excluindo o patrimônio cultural da população negra dos currículos escolares, afastava a classe popular (majoritariamente negra) do processo ensino-aprendizagem e reivindicar a incorporação no currículo das escolas de conhecimentos voltados para o legado histórico do negro como possuidor e criador de história e cultura (CRUZ, 2008).

Porém as primeiras oportunidades concretas de educação escolar e ascensão da população negra surgem no Estado Republicano, quando o desenvolvimento industrial do final do século XIX impulsiona o ensino popular e o ensino profissionalizante [...]. Essas escolas propiciaram a escolarização profissional e superior [...] Pretos e pardos que obtiveram sucesso nesta direção formaram uma nova classe social independente e intelectualizada (SILVA E ARAÚJO, 2005).

Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação ao afros descendentes que historicamente, ainda enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

Conclui-se que, ao lado de uma legislação oficial que não engendrava condições dignas de acesso e permanência nas escolas, dificuldade em adquirir vestimentas e materiais escolares, abandono da escola para contribuir com o sustento da família, falta de consciência

de uma população ex-egressa do cativeiro da importância da educação, somava-se o duro, e difícil cotidiano de preconceito e discriminação nas escolas, que tanto quanto e/ou muito mais contribuíram para o afastamento de grande parcela da população negra do processo de escolarização no sistema oficial de ensino (SANTOS 2008).

Nesse sentido, a escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo, a escola, independentemente de suas particularidades, se tornou também um importante local onde estas representações podem ser superadas (GOMES, 2003).

No início de seu mandato o presidente Lula aprovou a inclusão do Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar e tornou obrigatório o ensino de história da África nas escolas públicas e particulares do país. Embora a decisão tenha sido comemorada, alguns pesquisadores ressaltam que existem obstáculos a serem ultrapassados para que a proposta se transforme em realidade. Não bastam para isso ter em mãos programas curriculares, livros didáticos e orientações metodológicas para o ensino de História. O material produzido e utilizado no cotidiano escolar, cadernos e trabalhos de alunos, fotografias, desenhos, cartazes, programação de comemorações cívicas, provas, etc., constituem um conjunto de fontes de importância capital para o ensino de história da África.

Acredita-se que, aliado à elaboração de políticas dessa natureza, faz-se necessário um amplo movimento tendo como horizonte a revisão do currículo e materiais pedagógicos em todos os níveis de ensino, especificamente dos livros didáticos, no que tange a constituição social, demográfica, cultural e política do povo negro, incluindo nas discussões toda a comunidade escolar (GONÇALVES, 2004).

O governo federal, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a redefinir o papel do Estado com propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumos à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira.

Com a Lei 10.639, de março de 2003, a história da cultura negra do Brasil passou a ser um eixo temático no currículo oficial. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.

## Considerações Finais

Considerando as dimensões do debate sobre a legalidade ou não da lei que torna obrigatório, o ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica, questionamos: até que ponto as políticas afirmativas contidas na Lei 10.639/2003 viabilizam a democratização real da educação escolar? Entendemos que a escola pública é a principal via de acesso ao conhecimento para a maioria da população brasileira, com possibilidades reais de promover a melhoria das condições socioeconômicas de um povo.

As fontes consultadas indicam que a existência de uma luta pela inclusão dos negros no processo de escolarização para a formação do trabalhador e a dificuldade do Estado em viabilizar vagas aos ex-escravos na escola pública brasileira, já que o público alvo da instrução pública, nesse período, era o imigrante europeu. A maioria dos trabalhos e pesquisas aborda períodos recentes, sendo em poucos estudos exploram as informações sobre a escolarização do negro, no início do período republicano. O campo da história e das ciências sociais, nos últimos anos vem desenvolvendo alguns trabalhos sobre o negro no Brasil, questionando antigas vertentes teóricas e produzindo novas interpretações, poucas pesquisas têm aprofundado sobre o tema deixando ainda lacunas.

Diante do estado de carência de informações e documentos oficiais sobre a história da educação de negros, e por causa de sua omissão nos conteúdos oficiais e nos cursos de formação de professores, consideramos que é urgente e necessário desenvolver estudos e implementação dos currículos acadêmicos de forma visível e ênfase, que contemple a diversidade étnico-cultural, a fim de contribuir com a formação de professores no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. M. F. **Enfrentando preconceitos**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BRASIL. **Constituição de 1824**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 21 fev. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, 1988.

COTRIM, G. **Educação para uma escola democrática: história e filosofia da educação**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

CRUZ, M. S. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros.** In: ROMÃO, J. (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CRUZ, M. S. **Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX.** 2008. 2008. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Araraquara, Araraquara, 2008.

FONSECA, T.N.L. **História & Ensino de História**, 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GONÇALVES, L. R. D. Educação e multiculturalismo: elementos para pensar o currículo e a prática docente. In: SILVA, Maria Vieira; CUNHA, Myrtes Dias da (Org.). **Políticas e práticas docentes: alternativas em construção.** Uberlândia: Edufu, 2004.

LIMA, M. A África vai à escola. **Revista Nossa História**, ano I, n. 4, fev. 2004

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, R. **A Escolarização da População Negra Entre o Final do Séc. XIX e o Início o Séc. XX.** São Paulo, 2008. Disponível em: <[www.webartigos.com.br](http://www.webartigos.com.br)>. Acesso em: 20 fev. 2013.